

INTRODUÇÃO À PSICOLOGIA HOSPITALAR



Fundamentos da Psicologia Hospitalar

História e Evolução da Psicologia Hospitalar

A Psicologia Hospitalar é uma subárea da Psicologia que se dedica à compreensão e intervenção nos aspectos emocionais e comportamentais relacionados ao adoecimento, hospitalização e reabilitação de pacientes. Seu surgimento e desenvolvimento refletem as transformações históricas da psicologia enquanto ciência e profissão, bem como as mudanças nas práticas de cuidado em saúde.

1. Surgimento da Psicologia nos Hospitais

A inserção da psicologia nos contextos hospitalares remonta ao início do século XX, quando o modelo biomédico passou a ser gradualmente ampliado pela percepção de que os aspectos psíquicos também influenciam a saúde e a recuperação dos pacientes. Até então, o hospital era visto como um espaço exclusivamente voltado ao tratamento físico da doença, cabendo ao médico o papel central no cuidado. Com o tempo, tornou-se evidente a necessidade de considerar o sujeito em sua integralidade, incluindo sua dimensão emocional.

Nos Estados Unidos, a Psicologia Clínica teve papel precursor, especialmente com os trabalhos de Lightner Witmer, no final do século XIX, que propunha uma atuação prática do psicólogo em contextos de atendimento.

Com o advento das guerras mundiais, psicólogos foram convocados para intervir junto a soldados feridos, evidenciando a necessidade de apoio psicológico em ambientes médicos.

Na Europa, principalmente na França e Inglaterra, o movimento psicanalítico também contribuiu para essa virada. A escuta do sofrimento subjetivo tornou-se um recurso terapêutico importante, mesmo em pacientes com doenças orgânicas. O sofrimento emocional do enfermo passou a ser reconhecido como parte integrante do processo de adoecimento, exigindo a atuação de profissionais especializados.

Essa mudança de paradigma influenciou outros países e favoreceu o surgimento de práticas que integravam a psicologia aos serviços de saúde, inicialmente com foco em avaliação psicológica, e posteriormente com intervenções psicoterapêuticas adaptadas ao contexto hospitalar.

2. Desenvolvimento no Brasil

No Brasil, a Psicologia Hospitalar começou a se consolidar na década de 1950, ainda de forma tímida e sem regulamentação específica. As primeiras atuações ocorreram em hospitais psiquiátricos, voltadas à avaliação psicológica e aplicação de testes. Somente nos anos 1970 e 1980 é que a presença do psicólogo nos hospitais gerais começou a se expandir, especialmente em instituições de grande porte e centros universitários.

Um marco importante para a institucionalização da Psicologia Hospitalar no país foi a criação do Sistema Único de Saúde (SUS), em 1988, que introduziu o conceito de saúde como bem-estar físico, mental e social, conforme a definição da Organização Mundial da Saúde (OMS). A nova política de saúde brasileira abriu espaço para o trabalho interdisciplinar e o reconhecimento da importância dos fatores subjetivos no processo saúde-doença.

Nesse contexto, o psicólogo hospitalar passou a ser cada vez mais requisitado para atuar em diferentes setores: enfermarias, UTIs, ambulatórios, pediatria, oncologia, cuidados paliativos, entre outros. Suas funções envolveram não apenas o atendimento ao paciente, mas também o acolhimento de familiares, o suporte às equipes de saúde e a mediação de conflitos institucionais.

A regulamentação da profissão de psicólogo no Brasil, em 1962, e a criação do Conselho Federal de Psicologia (CFP), em 1971, foram fundamentais para consolidar essa área de atuação. O CFP, ao longo das décadas, publicou diversas resoluções e documentos orientadores que estabelecem diretrizes éticas para a prática em instituições hospitalares, reafirmando o compromisso com a humanização do cuidado.

Atualmente, a Psicologia Hospitalar é reconhecida como um campo de especialidade, com cursos de pós-graduação, grupos de pesquisa e produção científica consolidada. A atuação do psicólogo hospitalar tornou-se estratégica no acompanhamento do paciente em situações de crise, na adesão ao tratamento, na prevenção de agravos emocionais decorrentes da internação e na promoção de saúde mental em contextos de alta complexidade.

3. Avanços Contemporâneos e Desafios

Nas últimas décadas, o campo da Psicologia Hospitalar tem avançado na direção de práticas interdisciplinares e centradas no sujeito. A Política Nacional de Humanização (PNH), implementada pelo Ministério da Saúde em 2003, reforçou a importância da escuta, do vínculo e do cuidado compartilhado como princípios do atendimento em saúde. Isso ampliou a visibilidade da atuação psicológica em ambientes hospitalares e fortaleceu o papel do psicólogo como mediador entre as demandas emocionais e os protocolos clínicos.

Internacionalmente, observam-se práticas similares, com o fortalecimento da *Health Psychology* e da *Psycho-oncology* nos Estados Unidos e Europa, que discutem o impacto psicológico da doença e defendem a abordagem biopsicossocial. A integração entre saúde mental e saúde física, o uso de intervenções baseadas em evidências e a atenção à singularidade do paciente são pontos comuns entre essas abordagens e a Psicologia Hospitalar brasileira.

Apesar dos avanços, ainda existem desafios: a escassez de profissionais em muitas regiões do país, a sobrecarga de trabalho, a dificuldade de inserção em equipes médicas tradicionalmente centradas no modelo biomédico e a necessidade de maior reconhecimento institucional da importância da saúde mental no ambiente hospitalar. A pandemia de COVID-19 evidenciou ainda mais a necessidade do suporte psicológico em momentos de crise e luto coletivo, destacando a relevância da atuação sensível e ética do psicólogo em contextos adversos.

Considerações Finais

A história da Psicologia Hospitalar demonstra uma trajetória de conquista de espaços, reconhecimento institucional e valorização do cuidado integral à saúde. De uma atuação inicialmente restrita e fragmentada, o psicólogo hospitalar passou a ocupar um lugar fundamental no acolhimento e suporte a pacientes, familiares e equipes de saúde. A contínua formação, o compromisso ético e a escuta qualificada seguem sendo os pilares para o fortalecimento dessa especialidade no Brasil e no mundo.

Referências Bibliográficas

- Angerami-Camon, V. A. (2002). *Psicologia hospitalar: o psicólogo e o doente em hospital geral*. Pioneira.
- Bossa, N. A. (2011). *Psicologia hospitalar: teoria e prática*. Artmed.
- Brasil. Ministério da Saúde. (2003). *HumanizaSUS: Política Nacional de Humanização da Atenção e Gestão do SUS*. Brasília: MS.
- Mello-Filho, J. (1992). *A relação médico-paciente: uma abordagem psicossomática*. Artes Médicas.
- Organização Mundial da Saúde. (1946). *Constituição da Organização Mundial da Saúde*. OMS.
- Yates, A. (2001). *A Psicologia da Saúde: Intervenções no Hospital Geral*. Loyola.

Portal
IDEA
.com.br

Marcos Legais e Reconhecimento da Psicologia Hospitalar como Área de Atuação

A Psicologia Hospitalar é uma área de atuação da Psicologia que se consolidou progressivamente por meio de práticas institucionais, reconhecimento profissional e regulamentações legais no Brasil. Seu desenvolvimento não se deu de maneira linear, mas por meio de avanços científicos, mudanças nas políticas públicas de saúde e fortalecimento da profissão do psicólogo no campo hospitalar. Este texto tem como objetivo apresentar os principais marcos legais e o processo de reconhecimento da Psicologia Hospitalar como uma área legítima de atuação no contexto da saúde.

1. Reconhecimento da Psicologia como Profissão

O ponto de partida para a consolidação de qualquer especialidade dentro da Psicologia no Brasil é a própria regulamentação da profissão. O **Decreto-Lei nº 4.119, de 27 de agosto de 1962**, foi o primeiro instrumento legal a estabelecer o exercício da profissão de psicólogo no país. Esse decreto definiu a formação necessária, os direitos e os deveres dos psicólogos, e abriu caminho para a criação de estruturas institucionais de regulação e fiscalização da atividade profissional.

A partir da regulamentação, criou-se o **Conselho Federal de Psicologia (CFP)** e os Conselhos Regionais, com a missão de normatizar e fiscalizar o exercício ético da profissão. Com isso, iniciou-se o processo de institucionalização das áreas de atuação, incluindo aquelas vinculadas à saúde.

2. Inclusão da Psicologia nos Serviços de Saúde

O processo de integração da Psicologia aos serviços públicos de saúde foi impulsionado, sobretudo, pela criação do **Sistema Único de Saúde (SUS)**, previsto na **Constituição Federal de 1988**, que definiu a saúde como “direito de todos e dever do Estado” (art. 196). O SUS se baseia nos princípios de **universalidade, integralidade e equidade**, promovendo uma abordagem biopsicossocial do cuidado em saúde. Isso abriu espaço para o reconhecimento da importância dos aspectos subjetivos no adoecimento e no tratamento de pacientes, favorecendo a inclusão do psicólogo nos hospitais.

Em seguida, a **Lei Orgânica da Saúde (Lei nº 8.080/1990)** consolidou esses princípios e reafirmou a necessidade de ações integradas e multidisciplinares, promovendo um modelo de atenção à saúde que considera a integralidade do sujeito. O psicólogo, nesse contexto, tornou-se parte essencial da equipe multiprofissional de saúde.

Outro documento importante foi a **Política Nacional de Humanização (PNH)**, instituída em 2003 pelo Ministério da Saúde. Embora não seja uma lei em sentido estrito, a PNH promove diretrizes fundamentais para o trabalho do psicólogo hospitalar ao enfatizar a humanização das práticas de saúde, a escuta qualificada e o acolhimento, reconhecendo a subjetividade dos pacientes e a importância do cuidado relacional.

3. Regulamentações Específicas do Conselho Federal de Psicologia

O **Conselho Federal de Psicologia (CFP)** desempenhou papel crucial no reconhecimento formal das áreas de atuação da Psicologia, especialmente no que diz respeito ao exercício em contextos hospitalares e de saúde.

A **Resolução CFP nº 13/2007**, que institui a regulamentação das **Especialidades da Psicologia**, reconheceu formalmente a **Psicologia Hospitalar como uma especialidade profissional**. Com essa resolução, psicólogos que atuam no contexto hospitalar passaram a poder registrar essa especialidade, desde que comprovem formação e experiência específica. Essa medida conferiu legitimidade à área, permitindo sua organização técnica, científica e ética.

Outro documento de relevância é a **Resolução CFP nº 010/2005**, que dispõe sobre a atuação do psicólogo em instituições de saúde. Essa norma trata dos princípios éticos e técnicos que devem nortear o trabalho do psicólogo nos hospitais, destacando a importância do respeito à dignidade da pessoa humana, da confidencialidade e da promoção da saúde mental.

Também se destaca a **Resolução CFP nº 001/2009**, que aprova o manual de atuação do psicólogo em políticas públicas. Embora mais ampla, essa resolução contempla a atuação em serviços hospitalares e ambientes de saúde, reforçando a integração da Psicologia às políticas de assistência e cuidado.

4. Formação e Educação Profissional

O reconhecimento da Psicologia Hospitalar como área de atuação também está relacionado à sua presença na formação acadêmica. A **Diretriz Curricular Nacional para os cursos de Psicologia**, aprovada pelo Ministério da Educação (MEC), determina que o currículo de graduação deve contemplar os diversos campos de atuação do psicólogo, incluindo a saúde.

Além disso, diversas instituições passaram a ofertar cursos de **pós-graduação lato sensu (especializações)** em Psicologia Hospitalar, bem como **residências multiprofissionais em saúde**, que proporcionam formação prática e teórica em ambiente hospitalar. Essas formações são, muitas vezes, reconhecidas como requisito para o registro da especialidade junto ao CFP.

5. Inserção no Sistema Público de Saúde e Planos de Cargos

O psicólogo hospitalar passou a integrar os **planos de cargos, carreiras e salários** de diversas instituições públicas e privadas. No serviço público, especialmente nos concursos para hospitais universitários e unidades do SUS, a função de psicólogo hospitalar passou a ser incluída com especificações próprias de atribuições.

Em muitos estados e municípios, legislações específicas passaram a regulamentar a inserção do psicólogo nas unidades hospitalares, reforçando o reconhecimento dessa prática como essencial para a promoção da saúde integral.

Considerações Finais

A Psicologia Hospitalar foi progressivamente reconhecida como uma área de atuação legítima e necessária por meio de uma série de marcos legais, normativos e institucionais. Desde a regulamentação da profissão de psicólogo, passando pela construção do SUS e pelas resoluções do CFP, o campo ganhou corpo técnico, respaldo jurídico e reconhecimento social.

Esse processo de formalização possibilitou não apenas a expansão da atuação do psicólogo nos hospitais, mas também a consolidação de práticas éticas, humanizadas e fundamentadas cientificamente, em consonância com os princípios da saúde pública e dos direitos humanos.

Referências Bibliográficas

- Brasil. (1962). Decreto-Lei nº 4.119, de 27 de agosto de 1962. Dispõe sobre a profissão de psicólogo.
- Brasil. (1990). Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde.
- Brasil. Ministério da Saúde. (2003). *HumanizaSUS: Política Nacional de Humanização da Atenção e Gestão do SUS*. Brasília: MS.
- Conselho Federal de Psicologia (CFP). (2005). Resolução CFP nº 010/2005. Dispõe sobre a atuação do psicólogo em instituições de saúde.
- Conselho Federal de Psicologia (CFP). (2007). Resolução CFP nº 013/2007. Regulamenta as especialidades da Psicologia e o registro de especialistas.
- Conselho Federal de Psicologia (CFP). (2009). Resolução CFP nº 001/2009. Aprova o manual de atuação do psicólogo em políticas públicas.
- Ministério da Educação. (2011). *Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Psicologia*. Brasília: MEC.

Conceitos Básicos e Princípios Éticos da Psicologia Hospitalar

A Psicologia Hospitalar é uma área de atuação que envolve o cuidado psicológico em contextos de saúde, com foco nas demandas emocionais que emergem do processo de adoecimento, hospitalização, intervenções médicas e convivência com o sofrimento. A seguir, exploram-se os principais conceitos, objetivos e fundamentos éticos que regem essa prática profissional, destacando suas distinções em relação à Psicologia Clínica e os princípios normativos estabelecidos pelo Conselho Federal de Psicologia (CFP).

1. Definições e Objetivos da Psicologia Hospitalar

A Psicologia Hospitalar pode ser definida como o campo de atuação do psicólogo em instituições de saúde, especialmente hospitais, com o objetivo de acolher e intervir nos aspectos emocionais e comportamentais relacionados ao processo de adoecimento. Ela se insere dentro do paradigma da saúde ampliada, compreendendo que a saúde é determinada por múltiplos fatores — biológicos, psicológicos e sociais.

Segundo Angerami-Camon (2002), a Psicologia Hospitalar busca compreender a vivência subjetiva do paciente diante da hospitalização, da dor, do diagnóstico, da limitação física e da possibilidade de morte. Seu trabalho não se limita ao tratamento de transtornos psíquicos, mas visa oferecer suporte emocional e estratégias de enfrentamento, atuando junto ao paciente, seus familiares e a equipe de saúde.

Os principais objetivos da Psicologia Hospitalar incluem:

- **Acolhimento e escuta qualificada** do paciente e de seus familiares;
- **Promoção da adaptação emocional** frente à doença e à internação;
- **Prevenção de agravos psíquicos** decorrentes do processo de adoecimento;
- **Facilitação da comunicação** entre equipe, paciente e família;
- **Contribuição para a humanização do cuidado;**
- **Apoio às equipes de saúde**, especialmente em situações de estresse e sofrimento ocupacional.

Essa prática se caracteriza por intervenções breves, dirigidas, sensíveis ao contexto hospitalar e muitas vezes realizadas em situações de crise, urgência ou vulnerabilidade. O trabalho do psicólogo pode ocorrer em enfermarias, unidades de terapia intensiva (UTI), pronto-socorro, oncologia, pediatria, cuidados paliativos, entre outros.

2. Diferenças entre Psicologia Clínica e Psicologia Hospitalar

Embora ambas as áreas compartilhem fundamentos teóricos da Psicologia, a Psicologia Clínica e a Psicologia Hospitalar apresentam distinções importantes em termos de objetivos, métodos, contextos de atuação e relação terapêutica.

A **Psicologia Clínica** tradicionalmente está associada a um atendimento psicológico em consultório, centrado no sujeito, geralmente com sessões estruturadas e de médio a longo prazo. Seu foco é a compreensão aprofundada da subjetividade do paciente, por meio de vínculos terapêuticos mais duradouros e intervenções orientadas por abordagens teóricas específicas (psicanálise, TCC, fenomenologia, entre outras).

Já a **Psicologia Hospitalar** adapta suas práticas às especificidades do ambiente hospitalar. A intervenção costuma ser **mais breve, focada e situada** em um contexto de crise. O vínculo é construído rapidamente e a intervenção pode ser pontual, exigindo habilidades de escuta ativa, empatia, contenção emocional e flexibilidade. Além disso, o psicólogo hospitalar frequentemente atua em articulação com equipes multiprofissionais, sendo demandado a contribuir com sua perspectiva no planejamento terapêutico geral.

Outra diferença fundamental é o contexto físico e institucional. Na Psicologia Clínica, o ambiente é privado e controlado; na Hospitalar, o psicólogo precisa lidar com a imprevisibilidade do ambiente médico, limitações de tempo, condições clínicas graves e estruturas hierárquicas. Isso exige do profissional postura ética, sensibilidade e clareza de seu papel diante de um sistema de saúde mais amplo.

3. Ética e Sigilo Profissional no Ambiente Hospitalar

A prática da Psicologia Hospitalar está sujeita aos princípios éticos estabelecidos pelo **Código de Ética Profissional do Psicólogo**, aprovado pela **Resolução CFP nº 010/2005**, que determina condutas obrigatórias e vedadas para o exercício responsável da profissão. No contexto hospitalar, algumas dessas diretrizes ganham destaque particular.

a) Princípios Fundamentais

O Código de Ética determina que o psicólogo deve:

- Respeitar a dignidade, liberdade e autonomia do sujeito;
- Promover a saúde e a qualidade de vida dos indivíduos e grupos com os quais trabalha;

- Atuar com responsabilidade social e compromisso com os direitos humanos;
- Garantir o sigilo profissional, mesmo no contexto multiprofissional.

No hospital, onde o sofrimento é intenso e o paciente está em situação de vulnerabilidade, o psicólogo tem o dever de agir com humanidade, empatia e respeito, assegurando que sua intervenção não agrave a angústia já presente. Isso significa oferecer escuta sem julgamento, manter postura ética mesmo diante de situações-limite e preservar a confidencialidade das informações obtidas.

b) Sigilo Profissional e Comunicação em Equipe

Um dos desafios éticos mais recorrentes na Psicologia Hospitalar é a **preservação do sigilo profissional**. O ambiente hospitalar é, por natureza, coletivo. Profissionais de diferentes áreas compartilham informações para garantir o cuidado integral do paciente. O psicólogo deve zelar pelo sigilo, mas também está inserido na lógica do trabalho em equipe.

A **Resolução CFP nº 001/2009**, ao tratar da atuação em políticas públicas, orienta que o sigilo deve ser respeitado ao máximo, mas pode ser compartilhado com a equipe de saúde **quando necessário ao benefício do paciente, e desde que com seu consentimento informado**.

O psicólogo deve:

- Informar previamente o paciente sobre os limites do sigilo;
- Compartilhar informações apenas quando isso contribuir para o cuidado e proteção do paciente;
- Registrar de maneira ética as informações em prontuário, evitando detalhes íntimos que não sejam clinicamente relevantes.

Quando há risco à integridade do paciente ou de terceiros, o profissional pode, inclusive, romper o sigilo, sempre com justificativa ética e legal clara, conforme previsto no art. 9º do Código de Ética.

c) Consentimento Informado

Outro aspecto ético essencial é a **obtenção do consentimento livre e esclarecido**. Antes de qualquer intervenção, o psicólogo deve explicar ao paciente (ou seu responsável) o objetivo de seu trabalho, os procedimentos envolvidos e os limites da confidencialidade. Isso vale especialmente em casos de pacientes incapacitados, como crianças, idosos com comprometimento cognitivo ou pacientes em sedação, em que o consentimento deve ser buscado junto ao responsável legal.

Considerações Finais

A Psicologia Hospitalar é uma prática complexa, que exige do profissional não apenas conhecimento técnico, mas sensibilidade ética e competência relacional. Ao lidar com o sofrimento humano em sua forma mais crua, o psicólogo atua como elo entre o cuidado técnico e o cuidado humano. A clareza de seus objetivos, a distinção em relação a outras áreas da psicologia e a adesão rigorosa aos princípios éticos são os pilares que sustentam uma atuação qualificada e respeitosa no ambiente hospitalar.

Referências Bibliográficas

- Angerami-Camon, V. A. (2002). *Psicologia hospitalar: o psicólogo e o doente em hospital geral*. Pioneira.
- Conselho Federal de Psicologia. (2005). *Código de Ética Profissional do Psicólogo* (Resolução CFP nº 010/2005).
- Conselho Federal de Psicologia. (2009). *Manual de Atuação do Psicólogo em Políticas Públicas* (Resolução CFP nº 001/2009).
- Yates, A. (2001). *A Psicologia da Saúde: Intervenções no Hospital Geral*. Loyola.
- Bossa, N. A. (2011). *Psicologia hospitalar: teoria e prática*. Artmed.
- Brasil. Ministério da Saúde. (2003). *HumanizaSUS: Política Nacional de Humanização da Atenção e Gestão do SUS*. Brasília: MS.

O Papel do Psicólogo no Ambiente Hospitalar

A atuação do psicólogo no contexto hospitalar é de extrema importância para a promoção da saúde integral do paciente e o suporte emocional a familiares e profissionais da saúde. A Psicologia Hospitalar, enquanto campo específico de intervenção, tem por objetivo acolher e intervir nos aspectos emocionais, sociais e comportamentais decorrentes do adoecimento, da hospitalização e do tratamento médico. Neste texto, discutem-se as principais funções e competências do psicólogo hospitalar, sua interação com a equipe multidisciplinar e os modos de atendimento ao paciente, familiares e profissionais da instituição.

1. Funções e Competências do Psicólogo Hospitalar

O psicólogo hospitalar desempenha diversas funções no ambiente hospitalar, todas voltadas para a humanização do cuidado, o apoio psicossocial e o fortalecimento dos vínculos no processo saúde-doença. Sua atuação exige competências técnicas, éticas e relacionais específicas, adaptadas às peculiaridades e exigências do ambiente hospitalar.

As funções do psicólogo hospitalar incluem:

- **Acolhimento e escuta qualificada** de pacientes em sofrimento psíquico, dor, internação prolongada, diagnóstico grave ou em fase terminal;
- **Intervenções breves** voltadas para o fortalecimento de estratégias de enfrentamento (coping) diante do adoecimento e da internação;
- **Avaliação psicológica** de pacientes em situações críticas (ex: risco de suicídio, recusa de tratamento, comunicação de más notícias);

- **Apoio aos familiares**, em especial nos momentos de crise, perda, luto, ou durante internações de longa duração;
- **Acompanhamento em cuidados paliativos**, proporcionando escuta empática e suporte à dignidade do paciente até o fim da vida;
- **Atenção à saúde mental da equipe de saúde**, promovendo espaços de escuta, manejo do estresse e prevenção da síndrome de burnout;
- **Participação em reuniões clínicas**, contribuindo com o olhar psicológico nas decisões terapêuticas e estratégias de cuidado.

Para tanto, o psicólogo deve desenvolver competências como escuta ativa, empatia, comunicação sensível, flexibilidade, capacidade de atuação em situações de crise, conhecimento sobre psicopatologias e domínio de intervenções breves, além de profundo compromisso ético com o sigilo, o respeito à autonomia do sujeito e a promoção da saúde mental.

2. Interação com a Equipe Multidisciplinar

A atuação do psicólogo hospitalar ocorre em um contexto colaborativo, que exige constante diálogo e cooperação com outros profissionais da saúde. A equipe multidisciplinar, composta por médicos, enfermeiros, fisioterapeutas, assistentes sociais, nutricionistas, entre outros, tem como finalidade oferecer cuidado integral e articulado ao paciente. Nesse sentido, a contribuição do psicólogo é singular e indispensável.

O psicólogo é responsável por trazer à equipe questões subjetivas que influenciam diretamente no tratamento, como resistência do paciente, vivência de dor, medo, angústia, negação da doença, entre outros fatores emocionais que muitas vezes escapam ao olhar técnico-biológico dos demais profissionais. Sua presença também é essencial na mediação de conflitos, seja entre paciente e equipe ou entre membros da própria equipe.

É papel do psicólogo:

- **Interpretar o sofrimento psíquico** e torná-lo compreensível à equipe;
- **Contribuir para estratégias de comunicação empática** e eficaz entre equipe e paciente;
- **Apoiar a equipe** em decisões difíceis, como a suspensão de terapias, condutas paliativas ou comunicação de óbito;
- **Oferecer supervisão institucional**, quando autorizado, promovendo espaços reflexivos sobre a prática e o sofrimento dos profissionais.

Para isso, o psicólogo deve manter uma postura ética, respeitar os limites de sua atuação e buscar linguagem acessível e colaborativa, evitando tecnicismos excessivos. A construção de confiança e a valorização da escuta são fundamentais para que o psicólogo seja visto como um parceiro no processo de cuidado, e não como alguém que julga ou intervém isoladamente.

3. Atendimento ao Paciente, Familiares e Equipe

a) Atendimento ao Paciente

O paciente hospitalizado se encontra, geralmente, em situação de vulnerabilidade física e emocional. O adoecimento rompe a rotina, impõe restrições, desperta medo e, por vezes, coloca o sujeito diante da finitude. A atuação psicológica visa acolher essas emoções, promovendo estratégias de enfrentamento que respeitem os limites e desejos do paciente.

O atendimento pode ocorrer no leito, em consultórios da unidade hospitalar ou em ambulatórios, sendo comum que se trate de **intervenções breves** e de curta duração.

É essencial que o psicólogo respeite a condição física e clínica do paciente, utilizando intervenções pontuais, focadas e sensíveis à singularidade de cada sujeito. A abordagem pode ser verbal, corporal, lúdica (no caso de crianças) ou simbólica, de acordo com a necessidade.

b) Atendimento aos Familiares

A família também sofre com o adoecimento do ente querido. Muitas vezes, ela é chamada a tomar decisões complexas, lidar com mudanças abruptas na rotina ou suportar a possibilidade de perda. O psicólogo hospitalar atua junto à família oferecendo:

- Escuta qualificada em momentos de crise;
- Apoio no enfrentamento de diagnósticos graves;
- Preparação para situações de luto ou falecimento;
- Acompanhamento em longas internações;
- Orientação sobre manejo emocional e cuidado no domicílio.

O vínculo com a família é construído com cuidado, respeitando crenças, valores e limites. O psicólogo não substitui o trabalho do assistente social ou do médico, mas atua de forma complementar, visando acolher o sofrimento emocional e fortalecer vínculos afetivos e de cuidado.

c) Atendimento à Equipe

O cotidiano hospitalar é marcado por sobrecarga, sofrimento ético, contato constante com a dor e a morte. Tais condições podem gerar esgotamento emocional, desmotivação e adoecimento psíquico entre os profissionais. Nesse cenário, o psicólogo pode contribuir com ações de promoção de saúde mental, tais como:

- Escuta individual ou coletiva de profissionais;
- Grupos de reflexão sobre a prática;
- Rodas de conversa e supervisão institucional;
- Intervenções em momentos críticos (ex: morte de paciente, agressões, situações traumáticas).

Esse trabalho exige do psicólogo sensibilidade para perceber o sofrimento silencioso da equipe e proatividade para propor espaços de cuidado, sempre com ética e discrição.

Considerações Finais

O psicólogo hospitalar é um agente essencial na promoção do cuidado humanizado em instituições de saúde. Sua atuação é complexa e exige habilidades técnicas, sensibilidade clínica, domínio ético e capacidade de articulação com equipes interprofissionais. Ao acolher a dor, dar lugar à escuta e atuar junto a pacientes, familiares e profissionais da saúde, o psicólogo contribui de forma efetiva para a integralidade do cuidado e para o fortalecimento do SUS enquanto sistema humanizado e inclusivo.

Referências Bibliográficas

- Angerami-Camon, V. A. (2002). *Psicologia hospitalar: o psicólogo e o doente em hospital geral*. Pioneira.
- Bossa, N. A. (2011). *Psicologia hospitalar: teoria e prática*. Artmed.
- Conselho Federal de Psicologia. (2005). *Código de Ética Profissional do Psicólogo* (Resolução CFP nº 010/2005).
- Yates, A. (2001). *A Psicologia da Saúde: Intervenções no Hospital Geral*. Loyola.
- Brasil. Ministério da Saúde. (2003). *HumanizaSUS: Política Nacional de Humanização da Atenção e Gestão do SUS*. Brasília: MS.
- Mello-Filho, J. (1992). *A relação médico-paciente: uma abordagem psicossomática*. Artes Médicas.